



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

Publicado no DJE nº 168/2004, de 16/08/2004, p. A-3 e A-4.

**RESOLUÇÃO Nº 013/2004-PR**

Revoga a Resolução n. 001/1995-PR

Alterada pela Resolução 002/2008-PR

Revogada pela Resolução 001/2009-PR

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 52, III, da Lei Complementar n. 94/93, e no art. 65, IV, da Lei Orgânica da Magistratura;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 78 da Lei Complementar n. 68/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de se regulamentar e de se atualizar os valores e a concessão de diárias aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, e

**CONSIDERANDO**, finalmente, a decisão do Pleno Administrativo em 09.08.2004;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fixar o valor das diárias para magistrados e servidores, bem como normatizar os procedimentos de sua concessão no Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

**I – DA CONCESSÃO E PROGRAMAÇÃO**

**Art. 2º** O magistrado ou servidor que, em objeto de serviço ou participação comprovada em curso de atualização e aperfeiçoamento, se deslocar de sua sede, dentro ou fora do Estado, fará jus a diárias para atender às despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

**Art. 3º** A concessão de diárias compete ao Presidente do Tribunal de Justiça, exceção feita às decorrentes de viagem do Presidente do Tribunal que serão apreciadas pelo Vice-Presidente.

**Art. 4º** As diárias serão concedidas por dia de afastamento da jurisdição ou sede.

§ 1º – Os beneficiários farão jus à metade do valor da diária quando:

I – o afastamento não exigir pernoite fora de suas respectivas sedes;



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

~~II – o deslocamento ocorrer para distrito ou município integrante da jurisdição da comarca a que ele estiver subordinado, para exercício de atividade que lhe imponha, alternativa ou cumulativamente, despesas de alimentação e locomoção urbana, conforme disposto no art. 206 do RITJ/RO.~~

~~§ 2º – Para fazer jus a tal concessão, a distância entre a sede do beneficiário e a localidade para onde ocorrer o afastamento deverá ser superior a 50 (cinquenta) quilômetros.~~

~~**Art. 5º** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá arbitrar diária diferenciada nos seguintes casos:~~

~~I – quando o afastamento do beneficiário ocorrer para localidade de difícil acesso;~~

~~II – quando o Juiz Substituto se deslocar da respectiva sede no desempenho de suas funções, onde será observada a distância, o tempo e as condições da viagem e de hospedagem e a duração da substituição, conforme disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar n. 94/93;~~

~~III – quando o afastamento do beneficiário se der à localidade inferior a 50km (cinquenta quilômetros) da sua sede;~~

~~IV – quando o afastamento do beneficiário se der por convocação e o Tribunal de Justiça oferecer hospedagem e alimentação;~~

~~**Parágrafo Único.** O valor arbitrado não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou superior a 100% da diária, conforme tabelas constantes dos Anexos I e II.~~

~~**Art. 6º** A concessão de diárias ficará condicionada à programação orçamentária e disponibilidade financeira deste Tribunal.~~

~~**Parágrafo Único.** As atividades da Escola da Magistratura, da Corregedoria Geral da Justiça e de outras unidades que impliquem a concessão de diárias deverão constar na programação orçamentária deste Poder.~~

## **~~II – DA SOLICITAÇÃO~~**

~~**Art. 7º** A diária deverá ser solicitada ao Presidente do Tribunal de Justiça.~~

~~§ 1º Os requerimentos deverão ser protocolizados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do início do deslocamento do requerente, exceto em caso de emergência, devidamente justificado ao Presidente.~~

~~§ 2º Quando o afastamento se iniciar na sexta-feira ou incluir sábado, domingo ou feriado, a solicitação de diária será expressamente~~



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

~~justificada pelo requerente, estando seu reconhecimento e a autorização de pagamento condicionados à decisão do Presidente.~~

### **III - DOS VALORES**

~~**Art. 8º** As diárias corresponderão aos valores constantes nas tabelas dos Anexos I e II.~~

~~§ 1º O valor das diárias, no caso de viagens para outro Estado da Federação, será acrescido de 100% (cem por cento).~~

~~§ 2º Nos casos em que o servidor se afastar da respectiva jurisdição ou sede acompanhando os Desembargadores membros da Administração do Tribunal de Justiça, o valor da diária corresponderá ao percentual de 80% (oitenta por cento) da diária percebida pela autoridade acompanhada.~~

~~§ 2º. Nos casos em que o servidor se afastar da respectiva jurisdição ou sede acompanhando os Desembargadores membros da Administração do Tribunal de Justiça, o valor da diária corresponderá ao percentual de 80% (oitenta por cento) da diária percebida pela autoridade acompanhada, exceto se resultar valor menor que aquele definido na tabela do Anexo II. (Redação dada pela Resolução n. 002/2008-PR)~~

~~§ 3º Cabe ao Departamento do Conselho da Magistratura a atualização e a publicação periódica da tabela das diárias dos magistrados, constante do Anexo I, e à Coordenadoria de Planejamento igual procedimento no que se refere à tabela de diárias dos servidores, inserida no Anexo II, conforme decisão do Tribunal Pleno.~~

### **IV - DO PAGAMENTO**

~~**Art. 9º** As diárias serão pagas integral e antecipadamente, exceto nas seguintes situações, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça:~~

~~I – em caso de emergência, em que poderão ser processadas no decorrer do afastamento;~~

~~II – quando o afastamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente, por conveniência da Administração;~~

~~III – quando não houver precisão da quantidade de dias em que o magistrado ou servidor ficará afastado da jurisdição ou sede.~~

~~**Parágrafo Único.** Nos casos previstos nos incisos I e III deste artigo, a despesa sem prévio empenho será paga mediante reconhecimento e homologação pelo Presidente.~~



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

~~**Art. 10.** – A despesa recairá no exercício em que se iniciou quando o período de afastamento se estender até o exercício seguinte.~~

**V – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

~~**Art. 11.** O prazo para a prestação de contas das diárias é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do regresso do beneficiário, quando o magistrado ou servidor exercer as suas atividades na capital, e de 10 (dez) dias úteis para os lotados nas comarcas do interior.~~

~~**Parágrafo Único.** Excepcionalmente, nos casos previstos nos incisos III do art. 9º desta Resolução, o prazo para prestação de contas contará a partir da data de publicação do Ato ou Portaria concessórios da diária.~~

~~**Art. 11.** O prazo para apresentação do relatório de viagem na Divisão de Contabilidade – DICON é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do regresso do beneficiário, quando o magistrado ou servidor exercer as suas atividades na capital, e de 10 (dez) dias úteis para os lotados nas comarcas do interior. (Redação dada pela Resolução n. 002/2008-PR)~~

~~**Parágrafo Único.** Excepcionalmente, nos casos previstos nos incisos I e III do art. 9º desta Resolução, o prazo para apresentação do relatório de viagem contará a partir da data de publicação do Ato ou Portaria concessórios da diária. (Redação dada pela Resolução n. 002/2008-PR)~~

~~**Art. 12.** A prestação de contas deverá ser apresentada devidamente datada e assinada pelo beneficiário à Divisão de Contabilidade deste Tribunal, conforme previsto no artigo anterior.~~

~~**Parágrafo Único.** As viagens ou afastamentos do magistrado ou servidor serão corroborados por meio do Documento de Comprovação de Viagem – DCV, que será munido dos bilhetes de passagens e/ou da menção do número da placa do veículo, se oficial, ou referenciar se o veículo não pertence a este Poder Judiciário.~~

~~**Art. 12.** O relatório de viagem deverá ser apresentado devidamente datado e assinado pelo beneficiário e superior imediato, com identificação, à Divisão de Contabilidade deste Tribunal, conforme previsto no artigo anterior. (Redação dada pela Resolução n. 002/2008-PR)~~

~~**Parágrafo Único.** As viagens do magistrado ou servidor serão corroboradas por meio do Documento de Comprovação de Viagem – DCV, que será munido dos bilhetes de passagens e/ou da menção do número da placa do veículo, se oficial, ou referenciar se o veículo não pertence a este Poder Judiciário. (Redação dada pela Resolução n. 002/2008-PR)~~



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia**  
**Gabinete da Presidência**

---

~~Art. 13. O não-cumprimento das normas estabelecidas nos artigos 12, 13, e 15 desta Resolução implicará a imediata inclusão do débito na respectiva folha de pagamento do magistrado ou servidor.~~

~~§ 1º A Divisão de Contabilidade – DICON notificará o beneficiário para, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da notificação, apresentar justificativa pelo atraso na entrega da prestação de contas. (Revogado pela Resolução n. 002/2008-PR)~~

~~§ 2º O débito em folha de pagamento referido no caput será autorizado pelo Presidente do Tribunal de Justiça quando o beneficiário não apresentar a justificativa prevista no § 1º ou quando esta não for acatada. (Revogado pela Resolução n. 002/2008-PR)~~

~~§ 3º Cabe ao Departamento Financeiro – DEFIN informar ao Departamento do Conselho da Magistratura – DECOM e ao Departamento de Recursos Humanos – DRH os valores a serem debitados na folha de pagamento dos magistrados ou servidores, respectivamente.~~

~~Publique-se.~~

~~Registre-se.~~

~~Cumpra-se.~~

~~Porto Velho, 9 de agosto de 2004.~~

**Desembargador Valter de Oliveira**  
Presidente

**ANEXO I**

**TABELA DE DIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO**  
**MAGISTRADOS**

**RESOLUÇÃO N.013/2004/PR**

CARGO/FUNÇÃO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA DIÁRIA	
		INTEIRA	MEIA
Desembargador	112%	224,00	112,00
Juiz de 3ª Entrância	109%	218,00	109,00
Juiz de 2ª Entrância	106%	212,00	106,00
Juiz de 1ª Entrância	103%	206,00	103,00
Juiz Substituto	100%	200,00	100,00



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

**1 - Base de Cálculo:** Valor da diária do Juiz Substituto (R\$ 200,00);

**2 - Vigência:** a partir de 12/\_08/2004.

**Desembargador VALTER DE OLIVEIRA**  
Presidente

**ANEXO II**

**TABELA DE DIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO  
SERVIDORES**

**RESOLUÇÃO N. 013/2004/PR**

CARGO/FUNÇÃO	SÍMBOLO	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA DIÁRIA	
			INTEIRA	MEIA
Secretários	PJ-DAS	95%	190,00	95,00
Cargos Comissionados	PJ-DAS 1 a 5	90%	180,00	90,00
Nível Superior / FG-5	NS/FG-5	85%	170,00	85,00
Função Gratificada	FG - 1 a 4	80%	160,00	80,00
Nível Médio (Padrão 16 a 29)	NM	75%	150,00	75,00
Nível Básico (Padrão 1 a 15)	NB	70%	140,00	70,00



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

**1 - Base de Cálculo:** Valor da diária do Juiz Substituto (R\$ 200,00);

**2 - Vigência:** a partir de 12/08/2004.

**Desembargador VALTER DE OLIVEIRA**  
Presidente